

Atribuição do ponto de vista e apagamento da narrativa¹

Marion Carel*

Resumo

Neste artigo, Marion Carel entra no debate dos teóricos da polifonia na linguagem. A autora questiona a noção de *enunciador* e apresenta as diferentes formas de investimento do locutor em seu discurso, de acordo com sua Teoria Argumentativa da Polifonia (TAP).

Palavras-chave: Atribuição de ponto de vista. Narração. Noção de enunciador. Teoria Argumentativa da Polifonia.

Este artigo tem duplo objetivo: a análise de detalhe de uma passagem da biografia de Martinho Lutero, escrita por Lucien Febvre, e a discussão do papel que a atribuição de pontos de vista deve representar no interior da descrição semântica.

Seguindo Barthes (1967), espera-se que essas duas perspectivas se confundam, porque os historiadores são particularmente atentos quando nomeiam as testemunhas às quais eles recorrem, cujo olhar ao mesmo tempo prova e pode deformar o acontecimento passado (Barthes qualificava como marcas de “escuta” as expressões que mencionam a incorporação, no discurso do historiador, do discurso de um terceiro – atualmente

* Professora pesquisadora da École des Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris.

¹ Artigo publicado em CAREL, Marion. Attribution de point de vue et effacement du récit. In: CORMIN-BOEUF, Gilles; BÉGUÉLIN, Marie-José (Ed.). *Du système linguistique aux actions langagières*. Bruxelles: De Boeck Duculot, 2011. p. 399-414. Trad. de Leci Borges Barbisan. Rev. da trad. Telisa Furlanetto Graeff.

se falaria mais de indicação de “empres-timo”). Mas essa preocupação consciente deixa finalmente poucas marcas no próprio texto de Lucien Febvre, que prefere remeter para nota de rodapé a indicação de suas fontes. O que se encontra em seu texto são, primeiramente, enunciados que declaram relatar fatos, por exemplo:

Leão X, que reinava então, tinha recebido a tonsura aos sete anos (FEBVRE, p. 50).

Ou a afirmação mais indireta:

Sabemos como, em 30 de agosto de 1513, Alberto, irmão mais moço do eleitor de Brandemburgo, Joaquim, era eleito arcebispo de Magdeburgo pelo capítulo catedral, pouco depois, em 9 de setembro, postulado igualmente como administrador da diocese pelo capítulo de Halberstadt (FEBVRE, p. 49-50).

Encontram-se igualmente alguns casos do que poderia ser estilo indireto livre:

Restava confirmar a eleição por Roma. Dois arcebispos mais um bispado numa única cabeça, a de um jovem ainda longe dos trinta anos; dois arcebispos, e que arcebispos! Era muito... Os pré-requisitos faltavam (FEBVRE, p. 50).

– poder-se-ia de fato reconhecer aí o ponto de vista dos partidários de Alberto, o jovem eleito, juntando ao segmento *era*, no entanto, muito o ponto de vista dos adversários de Alberto (cf. o *no entanto*), depois exprimindo pelo verbo *faltar* seu pesar pela ausência de precedentes. Encontram-se, enfim, enunciados que analisam, eles próprios, ou que comparam as análises dos fatos; o exemplo que estudarei situa-se entre esses últimos. Trata-se das primeiras frases da segunda parte da obra:

Assim, o Lutero ressentido por sua permanência em Roma, o Lutero que rejeitava seus desgostos, mas que desenvolvia em si uma paixão veemente pela reforma dos abusos eclesiásticos, esse Lutero está morto, morto hoje para nós.

Um cristão solitário o substitui, que sofreu muito e meditou muito antes de se forjar sua verdade (FEBVRE, p. 49).

O assim pelo qual a passagem se inicia assinala um balanço: a primeira parte do livro deve ser compreendida como opondo duas análises, uma, segundo a qual Lutero teria sido movido, em 1517, pelo desejo de fazer cessar os abusos da Igreja; outra, segundo a qual Lutero teria sido o simples portador de teses sobre a relação de Deus com os homens. Essa segunda análise é dada como a de um *nós*, pronome cuja referência, já comumente vaga, é aqui ainda apagada pela possibilidade de que se trate de um *nós* de autor: na trilha de Benveniste, entenderei esse *nós* como uma “dilatação” do *eu* (fórmula, admito, cujo sentido técnico seria necessário tornar preciso).

A descrição dessa passagem levanta, eu anunciava, a questão, mais geral, dos meios oferecidos pela língua para atribuir um ponto de vista a alguém e encontra-se, assim, no centro do que eu creio ser uma disputa entre os teóricos atuais da polifonia (além de Ducrot, penso nos autores da Scapoline, Flotum, Nolke et Noren, em Anscombre, Lescano, Perrin, ou ainda em Rabatel). Tornou-se de fato habitual distinguir no sentido de um enunciado o conteúdo que ele comunica e o que chamarei a colocação em discurso desse conteúdo, e

que agrupa todas as indicações sobre a atitude do locutor em relação ao conteúdo (é a colocação em discurso que indica se o locutor considera o conteúdo como um retrato do mundo, se o conteúdo constitui o primeiro plano ou o plano de fundo de seu discurso global...). O debate diz respeito à informação, trazida por certos enunciados, de que tal indivíduo singular é a origem de tal ponto de vista: essa informação decorre da colocação em discurso do ponto de vista considerado ou constitui, como uma informação banal sobre alguém, o próprio conteúdo?

Mais precisamente, todos os polifonistas admitem que o modo como os conteúdos são colocados em discurso é complexo. Assim, o exemplo estudado por Port-Royal:

a doutrina de Lucrécio sobre a natureza de nossa alma é falsa (ARNAULD; NICOLE, *La logique ou l'art de penser*, II-6)

comunica ao mesmo tempo que Lucrécio ensinou uma doutrina sobre a natureza de nossa alma e que essa doutrina é falsa. Seu locutor dá *status* diferente aos dois conteúdos: o primeiro é implícito; o segundo constitui o verdadeiro objeto de sua tomada de palavra (direi que o locutor não dá aos dois conteúdos a mesma *função textual*: o primeiro é *acordado*, o segundo é *posto*). Mas, além disso, antes mesmo de ser posto, a falsidade da doutrina de Lucrécio aparece no exemplo de Arnauld e Nicole num tom factual no qual não se percebe mais se o enunciado é prefixado por *eu acho que* ou *parece que*:

eu acho que a doutrina de Lucrécio sobre a natureza de nossa alma é falsa
parece que a doutrina de Lucrécio sobre a natureza de nossa alma é falsa

O conteúdo [a doutrina de Lucrécio é falsa] aparece na frase em *eu acho que*, num tom engajado, enquanto na frase com *parece que*, ele é ligado a uma subjetividade externa à interlocução. É a análise desses diversos tons que é a causa da disputa de que eu falava. Deve-se ver em *eu acho que* a indicação de que o locutor é aquele que crê que a doutrina de Lucrécio é falsa? O tom de um enunciado seria então o resultado de um fenômeno psicológico, comparável à focalização de Genette e descritível nos termos de Bally: *eu acho que* indicaria que o sujeito modal, aquele que toma consciência da falsidade da doutrina de Lucrécio, não é outro senão o locutor. Ou deve-se ver em *eu acho que* a indicação de que o locutor investe em sua fala, dirige-se a alguém e dá o conteúdo, não como sendo o que ele, ser do mundo, pensa, mas como sendo o que ele, locutor do enunciado, está concebendo no próprio momento de sua enunciação? O tom de um enunciado se constituiria então em uma noção puramente linguística, comparável dessa vez às de “narrativa” e de “discurso” de Benveniste; descrevê-lo não consistiria em descobrir quem é aquele que acredita em tal conteúdo, mas em determinar a “intenção do escritor” (a expressão é de Benveniste), isto é, a escolha do locutor de se engajar ou não em sua fala: *eu acho que* indicaria que o locutor investe em sua fala e dirige-se a seu interlocutor.

É o partido de Benveniste que toma, nessa discussão, a Teoria Argumentativa da Polifonia (TAP) que construo atualmente com Lescano, a partir dos trabalhos de Ducrot, e é por isso que não recorremos – ou melhor, não recorreremos mais – à noção muito ambígua de enunciador de Ducrot (1984). A complexidade da colocação em discurso de um conteúdo deve-se, para nós, não ao fato de que o conteúdo pode ter diversas garantias, ou então diversas fontes, mas ao fato de que o locutor pode ou não se investir ao produzir um discurso. Assim, dos três locutores precedentes, que afirmam, todos os três, a falsidade da doutrina de Lucrécio, só aquele que utiliza *eu acho* que se investe em sua fala: direi que o conteúdo [p] de *eu acho* que *p* aparece ao *modo do concebido* (ele é apresentado como concebido no momento da enunciação). Por outro lado, o conteúdo [p] de *parece* que *p* é expresso sob o modo do *recebido*: o locutor se desengaja em favor de uma subjetividade que não é a sua nem a do interlocutor, isto é, a favor de uma subjetividade sem interesse próprio na discussão em andamento. Enfim, o conteúdo [p] de um enunciado *p* será entendido como aparecendo sob o *modo do encontrado* para indicar que ele é encontrado, colhido, achado já pronto, pelo locutor. Às funções textuais (acordado, posto e excluído) se acrescentam, assim, no interior das colocações em discurso, o que chamarei de *modos de aparição* (por natureza, a lista dos modos de aparição é evidentemente fechada; entretanto, contrariamente à lista das funções textuais,

nós ainda não a concluímos: os modos do concebido, do recebido e do encontrado constituem apenas três exemplos de modos de aparição).

A razão de nossa preferência teórica por uma descrição do tom dos enunciados inspirada em Benveniste reside no fato de que um discurso pode, por exemplo, ser factual e ao mesmo tempo declarar que seu locutor é a fonte dos conteúdos comunicados:

Ele [Claude Gueux] tinha com ele uma jovem que era sua amante, e um filho dessa jovem. Eu digo as coisas como elas são, deixando o leitor colher as moralidades à medida que os fatos as semeiam em seu caminho (HUGO, Claude Gueux).

Mesmo sendo ligado ao locutor, o conteúdo da primeira frase aparece aqui como um fato: o tom do enunciado é factual (o conteúdo [ele tinha com ele uma jovem que era sua amante, e um filho dessa jovem] aparece sob o modo do encontrado), enquanto o locutor é descrito, na segunda frase, como a fonte do conteúdo – ele se justifica por dizer coisas brutais e por correr o risco de chocar o leitor porque ele faz questão de dizer as coisas como elas são. A origem concreta dos pontos de vista, aqueles a quem o locutor os atribui, não influencia o modo como eles são colocados em discurso. A atribuição do ponto de vista não se relaciona com a colocação em discurso.

Mas a que ordem linguística, então, eles estão relacionados? Como, por exemplo, descrever a passagem de Lucien Febvre? Porque é claro, desta vez – é o que marca o emprego de *para nós* – que

os pontos de vista são atribuídos: há o dos outros, e há o do *nós*. Os partidários de uma abordagem psicológica da colocação em discurso inscreveriam essas atribuições no interior da colocação em discurso e ouviriam nesse exemplo duas vozes: a dos adversários de Febvre (voltando a páginas anteriores do livro, seus nomes poderiam ser encontrados) sustentando os conteúdos positivos [o que dominava em Lutero era estar ressentido por sua permanência em Roma], [Lutero era dominado pelos desgostos que ele reprimia] e [Lutero era dominado por uma paixão veemente pela reforma dos abusos eclesiásticos]; e a do próprio Febvre defendendo os conteúdos negativos [o que dominava em Lutero não era estar irritado por sua permanência em Roma], [Lutero não era dominado por uma paixão veemente pela reforma dos abusos eclesiásticos]. (Eu escolhi esse modo sinuoso de parafrasear os pontos de vista de Febvre e de seus adversários para dar conta da nominalização *o Lutero+aposição* que Febvre preferiu à estrutura *Lutero+ser+grupo adjetivo*. O que Febvre quer contestar não é o fato de que Lutero estava ressentido, mas a importância, o papel a dar a esse fato psicológico). Ora, segundo a TAP, a atribuição dos pontos de vista não está inscrita na colocação em discurso: então como descrever o *para nós* de Febvre? Minha resposta é que a atribuição de ponto de vista é um fenômeno de conteúdo. A passagem de Lucien Febvre põe, não o conteúdo [Lutero não era dominado por uma paixão veemente

pela reforma dos abusos eclesiásticos], mas o conteúdo [*temos a propriedade de pensar que Lutero não era dominado por uma paixão veemente pela reforma dos abusos eclesiásticos*]. É no interior dos conteúdos que um locutor inscreve que tal pessoa tem a propriedade de ter tal ponto de vista: a atribuição de ponto de vista, como a atribuição de qualquer propriedade, a gentileza, a grandeza, por exemplo, é um fenômeno de conteúdo. Isso tem como consequência – voltarei a esse ponto – um certo distanciamento dos fatos de que fala Febvre, semelhante àquele produzido pelo enunciado já citado *Nós sabemos como, em 30 de agosto de 1513, Alberto, irmão mais moço do eleitor de Brandemburgo, Joaquim, era eleito arcebispo de Magdeburgo....* Os fatos são comunicados, mas nem por isso são contados.

Como justificar diretamente pelo exemplo de Lucien Febvre, e não mais indiretamente a partir de exemplos como o de Hugo, minha hipótese de que a atribuição dos pontos de vista está inscrita nos conteúdos comunicados e não nas colocações em discurso desses conteúdos?

Começamos, é sempre mais fácil, por mostrar os problemas que a abordagem de teor psicológico encontra para tratar nosso exemplo. Para simplificar, reduzirei o ponto de vista dos adversários de Febvre ao conteúdo [Lutero era dominado por uma paixão veemente pelas reformas dos abusos eclesiásticos] e eu o anotarei [p]. Vimos que, pela abordagem de teor psicológico, Febvre exclui o ponto de vista [p] trazido pela voz de

seus adversários e põe o ponto de vista [não p] trazido por sua própria voz. Ter-se-á reconhecido o esquema polifônico da negação polêmica, segundo o qual o locutor não somente põe aquilo em que ele crê, mas, além disso, rejeita, explicitamente a posição oposta. O exemplo (simplificado) de Febvre:

O Lutero que desenvolvia uma paixão veemente pela reforma dos abusos eclesiásticos está morto hoje para nós

seria o equivalente a:

Lutero não era dominado por uma paixão veemente pela reforma dos abusos eclesiásticos

Ele diria respeito diretamente a Lutero, e não à representação de Lutero, e oporia Lucien Febvre a seus adversários pelo fato de que o primeiro excluiria o ponto de vista dos segundos. Uma dificuldade aparece então. É que o diálogo cristalizado no interior de um emprego polêmico de *não* torna possível prosseguir com *ao contrário*. Assim, *Pedro não é pequeno* pode ser continuado por *ao contrário, ele é grande*, porque o conteúdo [ele é grande] é o “contrário” do ponto de vista positivo [Pedro é pequeno], inicialmente posto em cena – depois excluído – pelo enunciado *Pedro não é pequeno*. Do mesmo modo pode-se formar:

Lutero não era dominado por uma paixão veemente pela reforma dos abusos eclesiásticos.

Ao contrário, era um cristão solitário, que meditava muito para forjar sua própria verdade.

porque o conteúdo [era um cristão solitário...] pode constituir um “contrário”

do ponto de vista positivo [Lutero era dominado por uma paixão veemente...], inicialmente posto em cena – depois excluído – pelo enunciado *Lutero não era dominado por uma paixão veemente pela reforma dos abusos eclesiásticos*. Ora, o exemplo (simplificado) de Febvre não tem essa propriedade:

**O Lutero que desenvolvia uma paixão veemente pela reforma dos abusos eclesiásticos está morto hoje para nós. Ao contrário era um cristão solitário, que meditava muito para forjar sua própria verdade.*

Febvre não apresenta, portanto, antes de excluí-lo, o conteúdo sustentado por seus adversários. O grupo verbal *está morto hoje para nós* não é assimilável a uma negação polêmica.

De modo positivo, distinguirei, agora, dois empregos da palavra *morto* (fora de seu emprego frequentemente denominado “próprio”), um emprego “operador” que enfraquece o termo sobre o qual ele age, e um emprego “pleno” que significa uma mudança – veremos que é um emprego “pleno” que o grupo verbal de nosso exemplo contém. O emprego “operador” de *morto* é o que se encontra no enunciado *esta cidade está bem morta* que descreve o lugar como não sendo exatamente uma cidade: é uma cidade *mas* sem animação, um pouco menos do que uma cidade. Esse emprego do adjetivo *morto* faz parte das expressões que, semelhantes nisso à negação, representam o papel de simples operador. Sem totalmente negar o termo modificado (a cidade morta continua sendo uma cidade), eles o enfraquecem e fazem com

que as consequências esperadas de sua atribuição não ocorram. Os amigos *que o vento carrega* de Ruteboeuf, em vez de confortarem o poeta, são imediatamente dispersados; o ódio *atenuado* de Fedra, em vez de justificar a fuga de Hipólito, permite a Théràmène retê-lo; uma cidade morta é uma cidade que, em vez de oferecer as atividades relacionadas à noção de cidade, permanece fechada. As três expressões, *que o vento carrega*, *atenuada*, *morta*, enfraquecem os termos sobre os quais operam. Eu darei conta desse enfraquecimento dizendo que, em seu emprego “operador”, o adjetivo *morto* inscreve o termo sobre o qual ele opera no interior de um encadeamento argumentativo que comporta uma conjunção opositiva do tipo de *no entanto* (o que chamo de encadeamento transgressivo): *essa cidade está bem morta*, significa *esse lugar é uma cidade, no entanto não é animado*. Descreverei da mesma maneira *são amigos que o vento carrega* pelo encadeamento transgressivo *são amigos, no entanto não trazem ajuda e seu ódio é enfraquecido por ele tem ódio por você, no entanto ela não constitui perigo*. Ao contrário, o adjetivo *vivo* reforçaria o termo *cidade*, inscrevendo-o no interior de um encadeamento que comporta uma conjunção consecutiva do tipo de *portanto* (o que eu chamo de encadeamento normativo): *esta cidade é viva* significa *este lugar é uma cidade, portanto é animado*. Do mesmo modo, a expressão *a toda prova* reforçaria o termo *amigo*, ligando-o a suas consequên-

cias: *são amigos a toda prova* significa *são amigos, portanto trazem ajuda*.

Este primeiro emprego de *morto* deve ser distinguido de um segundo, no qual o termo *morto* não representa mais o papel de operador, mas exprime sua significação. Esse emprego “pleno” de *morto* é o que se encontra em *a Montbard alegre e animada morreu*. Desta vez não se trata mais de dizer que Montbard deveria ter sido alegre – já que, por exemplo, se trata de uma cidade; o que o enunciado significa é que Montbard era alegre e não é mais: uma mudança se produziu, o enunciado pode ser parafraseado por *embora Montbard tenha sido alegre e animada, ela não o é atualmente*. Introduzindo-se uma negação e formando-se *a Montbard alegre e animada não morreu*, a mudança é negada e o enunciado pode ser parafraseado pelo encadeamento normativo *Montbard era alegre e animada, portanto ela o é ainda hoje*. O emprego “pleno” do adjetivo *morta* faz dele um equivalente do verbo *cessar*. Uma precisão sobre isso.

Ter-se-á reconhecido na indicação de que Montbard era no passado alegre e animada um pressuposto do enunciado *a Montbard alegre e animada estava morta*, já que ele é comunicado ao mesmo tempo por esse enunciado e pela negação desse enunciado: o posto se reduz à indicação de que Montbard não é atualmente alegre e animada. Ora, é habitual, entre os polifonistas, assimilar sistematicamente os pressupostos a conteúdos acordados e os postos a conteúdos afirmados. Nosso exemplo não evocaria, então, um

encadeamento transgressivo, opondo a animação passada e a tristeza atual da cidade, mas dois conteúdos disjuntos, um conteúdo acordado relativo à animação passada e um conteúdo posto relativo à tristeza atual. Eu responderei a essa objeção (cujas consequências seriam, se verás, desastrosas para nós) dizendo que há dois tipos de pressuposto: os pressupostos polifônicos que constituem efetivamente conteúdos acordados independentes; e os pressupostos argumentativos que se inscrevem por outro lado no interior de encadeamentos normativos ou transgressivos. É um pressuposto polifônico que o exemplo de Port-Royal que já estudamos introduzia: *a doutrina de Lucrécio sobre a natureza de nossa alma é falsa* e sua negação *a doutrina de Lucrécio sobre a natureza de nossa alma não é falsa*. Comunicam ambos que Lucrécio ensinou uma doutrina sobre a natureza de nossa alma; o conteúdo [Lucrécio ensinou uma doutrina sobre a natureza de nossa alma] é acordado. Mas são, por outro lado, pressupostos argumentativos que os termos do léxico introduzem. De fato, tomemos, como exemplo, o adjetivo *econômico*: dizer de Pedro que ele é *econômico* é dizer primeiramente que ele não fez determinada compra (é o posto), é dizer igualmente que o objeto cobiçado era de fato inútil (é o pressuposto) e mais precisamente é dizer que Pedro não fez a compra *por causa* da inutilidade do objeto – se Pedro não o tivesse comprado porque tinha esquecido a carteira, não se diria dele que foi *econômico*. De modo geral, os pressu-

postos lexicais comunicados por termos simples são, portanto, argumentativos; só os pressupostos gramaticais (como o do exemplo de Port-Royal), devidos à complexidade sintática da frase que os comunica, podem ser polifônicos.

Voltemos agora ao emprego “pleno” do adjetivo *morto*. O que eu defendo é que o pressuposto lexical, segundo o qual um certo estado existia antes, é argumentativo. Dizer *a Montbard alegre e animada está morta* não é concordar, de um lado, que Montbard era alegre antes nem é afirmar, por outro lado, que ela não o é atualmente: é sim afirmar o conteúdo argumentativo único [Montbard era alegre e animada antes, no entanto, não é atualmente]. Essa oposição argumentativa está inscrita no próprio interior da significação do adjetivo *morta*, como é atestado pelo fato linguístico que esse adjetivo não pode descrever as evoluções julgadas naturais: a respeito de botões transformados em folhas ou em flores, não se dirá que os *botões estão mortos*. O termo *morto* significa uma ruptura, e isso até mesmo no interior do adjetivo *mortal*, segundo o qual a morte é inelutável, trazida pelo simples escoamento do tempo: resta que o que será trazido constitui uma mudança, e não uma evolução. A própria significação do termo *morto* contém o predicado transgressivo *não-ser-apesar-de-que-se-tenha-sido*.

Existem, portanto, (ao menos) dois exemplos do adjetivo *morto*: o emprego “operador” que nega as consequências do termo modificado e o emprego “pleno”, que significa uma mudança (é possível

que o emprego “operador” decorra do emprego “pleno”; eu deixarei de lado esse ponto). É um emprego “pleno” do termo *morta* que o exemplo de Lucien Febvre, eu o anunciava, contém, emprego que é imposto, parece, pela estrutura “(o + nome próprio qualificado) *está morta*”, mas igualmente aqui pelo advérbio *hoje*, muito próximo do emprego temporal de *agora* do qual Récanati (2004) mostra que não é dêitico e marca antes um contraste: não se trata para Febvre de datar a mudança, mas de sublinhá-la. Ora, o que foi que mudou? Se não houvesse o grupo de palavras *para nós*, seria o próprio Lutero. O enunciado

O Lutero que desenvolvia uma paixão veemente pela reforma dos abusos eclesiásticos está morto hoje.

significa efetivamente:

Embora Lutero tenha sido antes dominado por uma paixão veemente pela reforma dos abusos eclesiásticos, ele não é atualmente dominado por essa paixão.

(como *no entanto* ou ainda *até mesmo* se, a locução *embora* marca um encadeamento transgressivo e pode, por esse fato, participar da concretização do predicado transgressivo não-ser-embora-tenha-sido significado pelo emprego “pleno” de *morta*). Mas o *para nós*, utilizado por Lucien Febvre indica que não foi Lutero, mas a representação de Lutero que mudou. A passagem estudada significa:

Embora a representação de Lutero dominado por uma paixão veemente pela reforma dos abusos eclesiásticos tenha existido, ela não é a nossa hoje.

ou ainda:

Embora se tenha sustentado que Lutero era dominado por uma paixão veemente pela reforma dos abusos eclesiásticos, não o pensamos hoje

e opõe, assim, o que pensa “nós” ao que pensava alguém não identificado na própria frase (do ponto de vista só da significação da frase poderia tratar-se novamente de “nós”) e cuja determinação só pode ser textual: o cotexto linguístico nos permite compreender que Lucien Febvre declara não ter ele próprio, no decorrer de sua carreira de historiador, mudado de opinião, mas ter tomado, a respeito de Lutero, um partido contrário à vulgata.

Assim, a confrontação apresentada na passagem que estudamos não tem relação com a colocação em discurso – ou, em termos tradicionais, com a modalidade: contrariamente ao que proporia os defensores de uma polifonia psicológica, o locutor não exclui o ponto de vista [p] ([Lutero era dominado por uma paixão veemente pela reforma dos abusos eclesiásticos]) de seus adversários. A confrontação é argumentativa: a passagem comunica [embora se tenha pensado que p, pensamos que não p]. O que Febvre diz é que as representações de Lutero mudaram. Observar-se-á ainda nesse sentido que Febvre não se dá a si mesmo, nessa passagem que estudamos, como artesão dessa mudança. Seu enunciado não o descreve a ele próprio por meio do predicado argumentativo pensar-não-p-apesar-do-fato-de-que-os-

-outros-pensavam-p; dito de outro modo, seu enunciado não significa *nós pretendemos que não p*. O emprego “pleno” do adjetivo *morto* marca, ao contrário, que a origem da mudança é exterior a toda vontade, de modo que o enunciado de Febvre assinala somente que a representação de Lutero mudou: a hipótese de que Lutero teria sido dominado por uma paixão veemente pela reforma dos abusos eclesiásticos é descrita por meio do predicado argumentativo não-ser-embora-tenha-sido.

Febvre está assim duplamente presente na passagem que estudamos. Está presente como locutor ativo no enunciado em curso e está presente como objeto de discurso, isto é, como ser passivo do qual o enunciado fala.

Como locutor, ele é aquele que põe o conteúdo encontrado [embora se tenha pensado que p, pensamos que não p]. Lembramos que, de fato, a colocação em discurso de um conteúdo é complexa e se decompõe na aparição do conteúdo de certo modo, depois na atribuição, pelo locutor, de certa função textual a esse conteúdo. Em nosso exemplo, a presença do conteúdo é declarada pelo próprio enunciado, independentemente do locutor. Do ponto de vista enunciativo, Febvre não se investe em sua fala, quando declara:

O Lutero que desenvolve uma paixão veemente pela reforma dos abusos eclesiásticos está morto hoje para nós.

Contrariamente ao que a análise psicológica da passagem prevê, ele pre-

tende apenas dizer o que é: o conteúdo aparece sob o modo do encontrado e dá ao enunciado um tom factual. É somente na escolha da função textual que o locutor intervém, quando ele põe o conteúdo encontrado. Encontra-se aí a hipótese fundamental da polifonia, segundo a qual as diversas escolhas de um enunciado não devem ser relacionadas a uma única consciência, de modo que um locutor pode estar presente num enunciado sem, por isso, investir em sua fala. É o que se produz aqui. Só o modo de aparição do conteúdo é independente do locutor; este último fica, por outro lado, responsável pela função textual do conteúdo.

Dito de outro modo, eu não mantenho as proposições radicais de Benveniste, segundo o qual a “narrativa” seria uma fala sem locutor, proposições retomadas por Barthes (1967, p. 171) quando declara que o discurso “objetivo” censura a enunciação de modo que “a história positivista” não conteria negação – e que seu autor, concluía Barthes, se pareceria com um psicótico. O discurso factual, como todo discurso, tem um locutor. Não há nunca “apagamento enunciativo” completo: também, contrariamente ao que prevê Barthes, até mesmo o discurso factual pode comportar negações:

Era natural que em 1514, ele [Fugger] se ocupasse dos interesses, tão consideráveis, dos dois Hohenzollern. Efetivamente, a questão não se arrastou (FEBVRE, p. 51).

O passado simples (*passé simple*) marca aqui o modo do encontrado e nesse sentido assinala um discurso factual. A

negação, certamente não denegativa, é “polêmica” e assinala a presença de um locutor que exclui o conteúdo positivo (o contexto insiste efetivamente nas dificuldades da questão e prepara, assim – sem lhe atribuir – o ponto de vista [a questão se arrastou] que o enunciado *a questão não se arrastou* exclui; de um ponto de vista mais linguístico, a exclusão do conteúdo [a questão se arrastou] é tornada manifesta pelo fato de que se poderia continuar a passagem de Febvre com até mesmo *ao contrário, ela andou muito depressa*: [ela andou muito depressa] é o “contrário” do conteúdo positivo [a questão se arrastou], conteúdo, portanto, presente em *a questão não se arrastou*). Mas isso não acarreta, no quadro da TAP, nenhuma contradição, e ao mesmo tempo nenhuma impossibilidade linguística, porque, se o conteúdo negativo [a questão não se arrastou] aparece pelo modo do encontrado, não é menos verdade que ele é posto por um locutor, apto a excluir o conteúdo positivo [a questão se arrastou].

De modo geral, todo enunciado tem, portanto, a meu ver, um locutor, e Febvre aparece assim, de uma maneira muito banal, como o locutor do exemplo que estudamos. O que é, por outro lado, particular a esse enunciado, é o fato de que ele faz, além disso, perceber Febvre como objeto de discurso. Isso decorre do emprego de *para nós*. Seguindo Ducrot (1984), eu distingo de fato o locutor e esse outro ele-próprio que é o locutor-enquanto-ser-do-mundo: não ele mes-

mo, exatamente, porque para falar de si é necessário primeiramente ver-se como objeto de discurso; mas um outro, que lhe é, no entanto, aparentado, já que, por exemplo, quando o locutor põe conteúdos factuais, o locutor-enquanto-ser-do-mundo parece ao mesmo tempo racional (ou, inversamente, quando o locutor-enquanto-ser-do-mundo recebe uma descrição, os conteúdos postos pelo locutor são afetados – conforme *essa criança não é polida, diz a senhora, recolocando suas luvas*). O emprego da primeira pessoa marca não diretamente a presença do locutor, mas a do locutor-enquanto-ser-do-mundo. É este último que a passagem de Hugo já citada descrevia:

*Ele tinha com ele uma jovem que era sua amante, e um filho dessa jovem. **Eu** digo as coisas como elas são.*

É ainda ele que o *Grand Meaulnes* descreve:

*Boujardon e seus homens, com a arma a tiracolo, levaram a bomba lentamente; e **eu** os vi desaparecer na primeira esquina, seguidos por quatro garotos silenciosos, esmagando com suas solas grossas as graminhas da estrada coberta de geada onde **eu** não ousava segui-los (ALAIN FOURNIER).*

(Benveniste, lembramos, reconhece que esse livro constitui um contraexemplo à sua descrição do pretérito perfeito como marca da “narrativa”: como, de fato, no interior de uma fala sem locutor, se poderia falar do locutor? A TAP evita essa dificuldade graças à sua distinção entre modo de aparição e função textual: o modo do encontrado não é contrário à

presença do locutor, que pode então se representar como objeto de discurso). Do mesmo modo, ainda, é Febvre, não o locutor ativo na fala, mas objeto de discurso, que nossa passagem mobiliza.

Não que o objeto de discurso que Febvre constitui seja o tema do enunciado (a passagem não recapitula as tomadas de posição do historiador), mas porque o locutor procura, aqui, como em numerosas passagens do livro, afastar a narração. A escolha de Febvre de não colocar os próprios acontecimentos no centro de seu discurso, de não rerepresentar discursivamente sua aparição, de não fazê-los se produzir (e ao mesmo tempo de não solicitar a empatia do leitor), já é perceptível em sua preferência pelo imperfeito, em detrimento do passado simples (passé simple):

Assim, em 9 de fevereiro de 1514, o arcebispo de Mayence, Uriel de Gemmingen, morria (FEBVRE, p. 50).

*...os delegados de Joaquim deram a entender no capítulo de Mayence, que se Hohenzollern era designado, as custas de dispensa, de confirmação e de pallium não recairiam sobre os diocesanos. Em 9 de março, Albert **era** eleito* (FEBVRE, p. 50).

Nos dois exemplos, o tema é efetivamente temporal: não se trata nem de Uriel, nem de Alberto, mas de 9 de fevereiro e 9 de março do ano de 1514, dias que são, então, respectivamente, descritos pelas propriedades de terem sido o da morte de Uriel e o da eleição de Alberto. O efeito é particularmente rico no segundo exemplo, porque, além de o imperfeito substituir, portanto, em favor de uma

simples cronologia, a narrativa viva dos acontecimentos de Alberto, ele afasta, ao mesmo tempo, o elo causal entre os subentendidos dos delegados de Joaquim e a eleição de Alberto. Se esse elo é seguramente sugerido, ele não é dito, não é posto (no sentido técnico que dou a esse termo), de modo que a eleição de Alberto (contrariamente ao que poderia levar a crer o nome “imperfeito de ruptura” frequentemente dado a esse emprego do imperfeito) não aparece como uma conclusão, um ponto de chegada, mas como uma constatação que se acrescenta a uma narrativa: são postos os dois conteúdos [os delegados deram a entender que eles pagariam as despesas] e [9 de março foi o dia da eleição de Alberto]. A passagem poderia, então, ser completada pelo anúncio de uma terceira etapa ao projeto dos Hohenzollern:

*...os delegados de Joaquim deram a entender no capítulo de Mayence que, se Hohenzollern fosse designado, as custas de dispensa, de confirmação e de pallium não recairiam sobre os diocesanos. Em 9 de março de 1514, Alberto **era** eleito, de modo que só restava encontrar o dinheiro.*

A locução *restava apenas* significa aqui a *última coisa a ser feita era de*. Os acontecimentos seriam agrupados de outro modo com um passado simples (passé simple):

*...os delegados de Joaquim deram a entender no capítulo de Mayence que, se Hohenzollern fosse designado, os custos de despesas, de confirmação e de pallium não recairiam sobre os diocesanos. Em 9 de março de 1514, Alberto **foi** eleito de modo que (?restava ou restou) apenas encontrar o dinheiro.*

Dessa vez, a escolha de Alberto é apresentada quase explicitamente como a conclusão dos subentendidos dos delegados. Um único conteúdo é posto pelas duas primeiras proposições gramaticais, a saber [os delegados deram a entender que eles pagariam as despesas, portanto Alberto foi eleito], e encontrar o dinheiro aparece como uma consequência nova, imposta pelo modo como aconteceu a eleição de Alberto: a locução *restou apenas* significa agora *foi-se levado a*. Essa divergência interpretativa é devida ao fato de que o imperfeito dá como tema ao enunciado que ele modifica a data de 9 de março e coloca, desse modo, em plano de fundo, o fato de que a eleição seja a conclusão de um procedimento; o passado simples (*passé simple*), ao contrário, dá como tema do enunciado o próprio Alberto e põe, desse modo, o papel representado pelas manobras dos delegados.

A vontade de Lucien Febvre de afastar a narrativa é ainda visível no fato de que alguns de seus enunciados põem, não os próprios acontecimentos, mas a representação desses acontecimentos. Comparem-se a esse respeito:

No dia 30 de agosto de 1513, Alberto, irmão mais moço do eleitor de Brandemburgo, Joaquim, era eleito arcebispo de Magdeburgo. Parece que, em 30 de agosto de 1513, Alberto, o irmão mais moço do eleitor de Brandemburgo, Joaquim, era eleito arcebispo de Magdeburgo. Sabemos como, em 30 de agosto de 1513, Alberto, irmão mais moço do eleitor de Brandemburgo, Joaquim, era eleito arcebispo de Magdeburgo (FEBVRE, p. 49-50).

Enquanto *parece que* não modifica o conteúdo posto, mas assinala somente que esse conteúdo é recebido, *sabemos como* modifica o próprio conteúdo do enunciado que se torna [*temos a propriedade de saber como* Alberto foi eleito arcebispo de Magdeburgo]; a construção *parece que* se integraria perfeitamente em uma narrativa (Hugo faz dela amplo uso em seu *Claude Gueux*), enquanto o exemplo de Lucien Febvre a rompe. Dá-se o mesmo em nosso exemplo. Enquanto uma simples negação descreveria diretamente Lutero e se integraria em uma narrativa:

Lutero não desenvolvia uma paixão veemente pela reforma dos abusos eclesiásticos

a passagem que estudamos introduz o locutor-enquanto-ser-do-mundo, dá a esse objeto de discurso o estatuto de autor de uma representação de Lutero, e, desse modo, rompe a narrativa:

O Lutero que desenvolvia uma paixão veemente pela reforma dos abusos eclesiásticos está morto hoje para nós.

Essa estratégia de Febvre, assinalemos isso antes de concluir, não é, entretanto, permanente. Se as primeiras páginas do capítulo cuja introdução estudamos estão quase exclusivamente no imperfeito e são frequentemente introduzidas por expressões como *sabemos como*, *a desgraça queria*, *dizia-se*, *acreditava-se outrora* (da p. 49-54), por outro lado, as páginas seguintes, que dizem respeito não mais ao assunto das próprias indulgências, mas à reação de Lutero a esse assunto, estão no presente gramatical e não comportam mais marcas de julgamento.

Em conclusão, a atribuição de ponto de vista é, para nós, um fenômeno de conteúdo, e não um fenômeno modal. Não que a TAP proponha, assim, reduzir a modalidade à indicação da função textual. A colocação em discurso é um fenômeno complexo que mistura colocação em destaque e indicação de um tom. O que sustentamos é que o tom de um enunciado não reflete nenhum fenômeno psicológico e descreve apenas a situação de interlocução, isto é, o investimento do locutor e o papel dado ao interlocutor.

Attribution de point de vue et effacement du récit

Résumé

Dans cet article, Marion Carel participe au débat des théoriciens de la polyphonie dans le langage. L'auteure met en doute la notion d'énonciateur et présente les différentes formes dont le locuteur s'investit dans son discours, selon sa Théorie Argumentative de la Polyphonie.

Mots-clés: Attribution de points de vue. Récit. Polyphonie. Théorie Argumentative de la Polyphonie. Notion d'énonciateur.

Referências

- ARNAULD, A.; NICOLE, P. *La logique ou l'art de penser*. Paris: Flammarion, 1662/1978.
- BALLY, C. *Linguistique générale et linguistique française*. Bern: Francke et Verlag, 1944/1965.
- BARTHES, R. Le discours de l'histoire. In: _____. *Le bruissement de la langue*. Paris: Seuil, 1967/1993. p. 163-179.
- BENVENISTE, É. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1966.
- DUCROT, O. *Le dire et le dit*. Paris: Éditions de Minuit, 1984.
- FEBVRE, L. *Martin Luther, un destin*. Paris: Presses Universitaires de France, 1928/2009.
- GENETTE, G. *Figures III*. Paris: Seuil, 1972.
- NOLKE, H.; FLOTTUM, K.; NOREN, C. ScaPoLine> *La Théorie Scandinave de la Polyphonie*. Paris: Kimé, 2004.
- RECANATI, F. *Indexicality and context-shift, paper presented at the Workshop on indexicals, speech acts and logophors*. Harvard University, 20/11/2004.